



TRANSGÊNICOS NO BRASIL

10 ANOS

Relatório Técnico

Seminário Internacional
10 Anos de Transgênicos
no Brasil:
Um Balanço Crítico



TERRA DE DIREITOS
ORGANIZAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS



TRANSGÊNICOS NO BRASIL

10 ANOS

Relatório Técnico

Seminário Internacional
10 Anos de Transgênicos

no Brasil: Um Balanço Crítico

Curitiba, dezembro 2013.

Elaboração:
Katya Isaguirre-Torres
Naiara Andreoli Bittencourt
Tchenna Fernandes Maso

Projeto Gráfico:
Saulo Kozel Teixeira

Diagramação e Editoração:
SK Editora Ltda.

Impressão:
Gráfica

Tiragem:
1.000

Realização:
Terra de Direitos

Sumário

1. Introdução	01
2. Metodologia do Seminário: Mesas e Grupos de Trabalho	01
3. Representação das entidades e atores sociais	01
3.1 Distribuição de participantes por organização e âmbito de atuação	01
3.2 Distribuição por participantes internacionais	01
3.3 Distribuição por critério de gênero	01
3.4 Frequência de participantes por dia	01
4. Abordagens das mesas	01
4.1 Transgênese na agricultura brasileira: dez anos depois	01
4.2 Os transgênicos na geopolítica global	01
4.3 A tecnologia transgênica: perigos, retrocessos e alternativas	01
4.4 Novas tecnologias e novas agendas do capital	01
5. Resultados	01
5.1 Propostas por GTS	01
Grupo 1: Legislação e incidência sobre os processos de tomada de decisão acerca dos transgênicos: o caso da CTNBio – Brasil.	01
Grupo 2: Os transgênicos e agrotóxicos: estratégias de controle da cadeia agroalimentar e seus impactos sobre os territórios, debate da PNAPO (Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica).	01
Grupo 3: Experiências de resistência: monitoramento da contaminação, áreas livres de transgênicos, defesa das sementes crioulas, ecofeminismo e outras iniciativas locais. Apresentação de experiências.	01
Grupo 4: Estratégias de incidência e instrumentos internacionais: Protocolo da Cartagena, OIT 169, TIRFAA, entre outros.	01
Grupo 5: Direito Humano à Alimentação Saudável e Culturalmente Adequada, consumo e rotulagem.	01
5.2 Encaminhamentos	01
Agradecimentos	01
Anexos	01
Carta Política	01
Programação	01

Introdução

O plantio e comércio de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), implementado no país desde o final da década de 90, vieram sendo legalizados por meio de um conjunto de ações que merecem ser reavaliadas para o fim de verificar em que medida seu ingresso promove alterações no espaço rural e como o cultivo de transgênicos impacta a saúde humana, o meio ambiente e a autonomia dos agricultores, agricultoras, povos e comunidades tradicionais. Esse foi o objetivo geral que norteou a proposta do Seminário Internacional, realizado em Curitiba nos dias 21 a 24 de outubro de 2013.

O contexto nacional e internacional abrange os avanços do capitalismo agrário, que necessariamente traz a necessidade do desenvolvimento de culturas transgênicas enquanto um dos mecanismos de apropriação da agrobiodiversidade, cuja finalidade é a de beneficiar o interesse de grandes empresas multinacionais em detrimento da liberdade de produzir e de viver dos agricultores excluídos ou parcialmente incluídos no padrão da agricultura moderna.

Para repensar o padrão nacional da agricultura nacional e resgatar a historicidade envolta nessa discussão é preciso lembrar o marco inicial do ingresso dos OGMS no final da década de 90, ocasião essa em que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) autorizou o plantio comercial da soja *Roundup Ready* (RR), tolerante ao herbicida glifosato, que teve, posteriormente, sua comercialização suspensa por meio de decisão da Justiça Federal de Brasília.

Entretanto, é apenas após a publicação da Medida Provisória de nº 113 pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que autorizou a comercialização de uma grande safra da soja transgênica ilegal desse ano, é que se criou o precedente de liberação desses cultivos no Brasil, finalmente convertida na Lei nº. 10.688, de 13 de junho de 2003, que autoriza formalmente o plantio transgênico.

Nesse período os impactos desta tecnologia ultrapassaram o âmbito da produtividade devido aos excedentes agrícolas, mas construíram todo o arcabouço econômico e social no cenário do campo brasileiro, gerando incalculáveis riscos e danos tanto aos agricultores no âmbito rural, como aos consumidores no âmbito urbano.

O modelo altamente tecnificado da agricultura convencional apostava nos OGMS como um fator de diminuição dos riscos naturais ao qual o setor agrícola se encontra vinculado. Sua proposta, que de início se estruturava em torno do *slogan* de maior eficiência na preservação do meio ambiente, com o tempo se apresentou altamente contraditória pelo desequilíbrio ecossistêmico que a introdução desses cultivos causa, demandando na utilização de quantidades ainda maiores de agroquímicos nas lavouras. Além disso, o desenvolvimento de OGMS por meio do sistema de patentes favorece o crescimento da dependência dos agricultores e agricultoras aos sistemas ligados ao modelo

de agricultura industrial/convencional pautado no agronegócio. No campo da saúde humana, o aumento dos casos de contaminação por agroquímicos e a maior incidência de doenças supostamente causadas pelo consumo de transgênicos causam incerteza a produtores e consumidores sem que até o momento tenham sido produzidos estudos voltados a garantir padrões mínimos de segurança para a saúde da população.

Neste panorama, urge a necessidade do debate, da articulação, da troca de experiências e resistências que abranjam desde os pesquisadores do tema, os camponeses, os povos e as comunidades tradicionais, os consumidores, os técnicos, as organizações da sociedade civil. Essa análise deve ocorrer em âmbito local, regional e principalmente internacional, dada a interdependência do mercado global e a ofensiva das empresas transnacionais na violação de direitos humanos.

Assim, entre os dias 21 e 24 de outubro deste ano, cerca de cem pessoas, integrantes de movimentos e organizações sociais, políticas, de pesquisa e instituições públicas reuniram-se em Curitiba, Paraná, para avaliar os impactos sociais, ambientais, econômicos dos transgênicos e do pacote tecnológico advindo com a Revolução Verde.

O encontro, organizado pela Terra de Direitos, teve como parceiros o GEA/NEAD/MDA, a Fundação Heinrich Böll, a AS-PTA (Agricultura Familiar e Agroecologia), o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM), Via Campesina, a ANA (Articulação Nacional de Agroecologia), a Red por Una America Latina Libre de Transgênicos – RALLT, a Plataforma Dhesca Brasil/Relatoria de Direitos Humano à Terra, Território e Alimentação, e contou com apoio da CONAB, MDA e a Secretaria da Agricultura Familiar, e resultou em um conjunto de propostas de ações conjuntas e no fortalecimento da articulação entre as organizações, movimentos sociais e pesquisadores, a fim de não apenas questionar o modelo de agricultura posto, como propor alternativas viáveis e sustentáveis de produção agrícola.

Participaram do seminário aproximadamente sessenta organizações e instituições de diversos estados brasileiros, do Chile, do Equador, da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, do México, das Filipinas, da França e dos Estados Unidos, que enriqueceram as discussões e fomentaram a articulação de resistência global numa sociedade verdadeiramente cosmopolita. Os participantes internacionais contavam com experiências, pesquisas e atuações direcionadas em seus países e foram selecionados como ponte para a internacionalização da discussão, que ultrapassam os limites fronteiriços.

Cabe ressaltar que a questão envolvendo os OGMS é um tema complexo, que exige a troca de conhecimentos de especialistas de diferentes áreas, além do relato das experiências e saberes que são vivenciados pelos sujeitos do campo, ou seja, agricultores individuais ou organizados em grupos, movimentos sociais e comunidades tradicionais. Por isso, a metodologia de desenvolvimento do Seminário foi pensada de modo interdisciplinar, com o objetivo de fomentar o diálogo entre os diferentes atores sociais e promovendo a aproximação entre especialistas da área acadêmica e representantes do Estado, da sociedade civil e dos movimentos sociais.

Metodologia do Seminário: Mesas e grupos de trabalho

O seminário, como já ressaltado, almejou a realização de um balanço crítico sobre os dez anos de liberação dos transgênicos no Brasil, de forma a contextualizar o processo brasileiro na geopolítica global. Objetivos que foram cumpridos através do debate de três eixos centrais:

- Análise dos impactos dos cultivos transgênicos sobre a saúde, o ambiente e a soberania alimentar e as implicações da utilização desta tecnologia em âmbito global, nacional e territorial.
- Avaliação dos impactos sociais e ambientais que esses 10 anos de introdução dos OGMS no Brasil acarretam para a agricultura familiar em termos de direitos ao livre uso da biodiversidade, o acesso à informações, e o direito de produzir e de executar seu projeto de vida no campo (autonomia social).
- Construção de estratégias de incidência em nível nacional e internacional para potencializar ações e iniciativas.

Para cumprir tais objetivos, foram realizados nos três dias do evento 5 (cinco) mesas de discussão. As mesas de discussão tiveram um(a) ou mais coordenadores(as), que se encarregaram de introduzir a temática central da discussão e estabelecer a metodologia das falas de cada convidado e da forma de interação dos palestrantes com o público. Assim, cada mesa concatenou algumas das principais referências nos temas específicos propostos, alguns deles foram:

- Um balanço crítico dos transgênicos no Brasil
- Potenciais e desafios do Direito Humano à Alimentação Adequada
- Os transgênicos no dia a dia dos agricultores
- Os transgênicos na mesa dos consumidores
- Os transgênicos na geopolítica global: América Latina, Europa, América do Norte e Ásia.
- Agrotóxicos, transgênicos e o riscos à saúde
- Os mosquitos transgênicos na América Latina
- Novas tecnologias e novas agendas do capital

Os Grupos de Trabalho, por sua vez, objetivaram horizontalizar o debate e a troca

de experiências através das realidades concretas de cada participante do seminário, além de fomentar e articular redes de resistência entre os presentes. Cada Grupo de Trabalho contou com um ou mais coordenadores, que se encarregou de introduzir a temática central da discussão e estabeleceu a metodologia das falas de cada convidado e da forma de interação dos palestrantes com o público. Formaram-se, portanto, cinco grupos, com as seguintes temáticas a serem problematizadas:

- Grupo 1:
Legislação e incidência sobre os processos de tomada de decisão acerca dos transgênicos: o caso da CTNBio – Brasil.
- Grupo 2:
Os transgênicos e agrotóxicos: estratégias de controle da cadeia agroalimentar e seus impactos sobre os territórios, debate da PNAPO (Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica).
- Grupo 3:
Experiências de resistência: monitoramento da contaminação, áreas livres de transgênicos, defesa das sementes crioulas, ecofeminismo e outras iniciativas locais. Apresentação de experiências.
- Grupo 4:
Estratégias de incidência e instrumentos internacionais: Protocolo da Cartagena, OIT 169, TIRFAA, entre outros.
- Grupo 5:
Direito Humano à Alimentação Saudável e Culturalmente Adequada, consumo e rotulagem.

Tais grupos tiveram como atividade a elaboração de uma síntese da discussão dentro de sua área temática e o apontamento de pelo menos duas propostas centrais que seus participantes acreditaram serem relevantes para serem incluídas na Carta Política do Seminário. Os coordenadores dos grupos promoveram a discussão, introduzindo o tema com a apresentação dos seus potenciais e desafios e, ao final da discussão, reuniram as sínteses para redação do texto provisório da carta política.

Por fim, a Terra de Direitos produziu, em conjunto com a comissão organizadora do evento, um texto preliminar que foi enviado aos participantes semanas antes da realização do Seminário. O objetivo desse material era o de propiciar um patamar de conhecimento comum acerca do contexto que envolve a liberação de OGMS no país para o fim de facilitar a comunicação entre os participantes.

Representação das entidades e atores sociais

O seminário internacional de avaliação dos dez anos de regulamentação no Brasil, consoante aos objetivos supracitados, almejou o intercâmbio de experiências, debates, vivências, resistências e a renovação da formação de uma articulação ampla de organizações e agentes que retomem as pautas de sustento de uma nova agricultura ecológica e sustentável, com a crítica pertinente às novas tecnologias implementadas à serviço das empresas transnacionais.

Para tanto, fez-se necessário o direcionamento dos convites à organizações, movimentos sociais, entidades da sociedade civil, órgãos públicos e pesquisadores que historicamente trazem tal pauta como mote de suas atuações e que têm papel emblemático na edificação de alternativas viáveis.

Imprescindível também viabilizar a máxima diversidade e pluralidade de agentes sociais tanto em âmbito de atuação, como das respectivas áreas do saber, a fim de abarcar a interdisciplinaridade e a complexidade que o tema exige.

Assim, elaboraram-se gráficos de amostragem e indicadores que revelam dados importantes sobre a composição política do evento e de seus resultados, a seguir delimitados.

3.1 Distribuição de participantes por organização e âmbito de atuação

O seminário contou com a presença de 123 (cento e vinte e três) pessoas em sua integralidade. Ou seja, no decorrer do encontro, este número de participantes frequentou o espaço e contribuiu com os debates, ainda que não de forma homogênea em todos os espaços, indicado pelo gráfico de frequência.

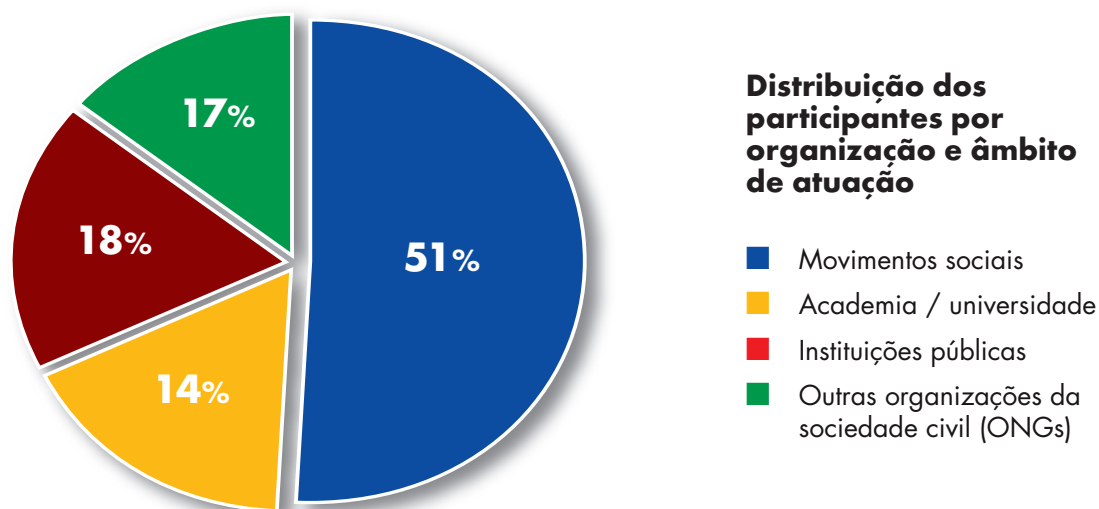
Destas 123 (cento e vinte e três) pessoas, 20 (vinte) são militantes de movimentos sociais, especialmente aqueles ligados ao campo brasileiro e vinculados à Via Campesina, como o MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra), o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), o MMC (Movimento de Mulheres Camponesas) e o movimento feminista internacional MMM (Marcha Mundial de Mulheres). A participação dos militantes de movimentos sociais combativos, atuantes e de grande referência no cenário rural do país possibilitou o repensar da atuação prática e massiva de combate aos transgênicos. Além de partir da experiência e ações de resistência concretas, que partem da realidade do agricultor, de suas práticas tradicionais e culturais e da soberania alimentar camponesa.



No que refere à participação de pesquisadores, professores e representantes de universidades, contou-se com a presença de 22 (vinte e duas) pessoas, cerca de 18% de participantes do evento. O diálogo é colocado como primordial e reiterado nas diversas contribuições dos participantes, na disputa de saberes, de conceitos científicos e de pesquisas e produções acadêmicas para a contraposição com a legitimação do discursos hegemônicos que exaltam as tecnologias artificiais e a concentração de terras e sementes.

Os participantes de instituições públicas e organizações governamentais somaram-se em 17 (dezessete) pessoas, que frisaram a necessidade de intercambiar e estreitar o diálogo com os setores públicos que se colocam de modo progressista e facilitador de políticas públicas que beneficiem à agricultura familiar, orgânica e agroecológica. De forma que é também um espaço de disputa política e viabilização de transformações sociais.

O setor com o número mais expressivo de participantes é o de organizações da sociedade civil, que abrange as Organizações não governamentais (ONGs), as assessorias técnicas e políticas e as associações diversas. Tal setor conta com 49% de participantes do seminário e revela a quantidade de agentes políticos no setor e a urgência e indispensabilidade de se articular tais organizações no fomento de ações conjuntas, e que se somem conjuntamente e estrategicamente, mesmo que em âmbitos locais diversos.



Fonte: Seminário 10 anos de transgênicos no Brasil
Elaboração: Bittencourt, 2013.

3.2 Distribuição por participantes internacionais:

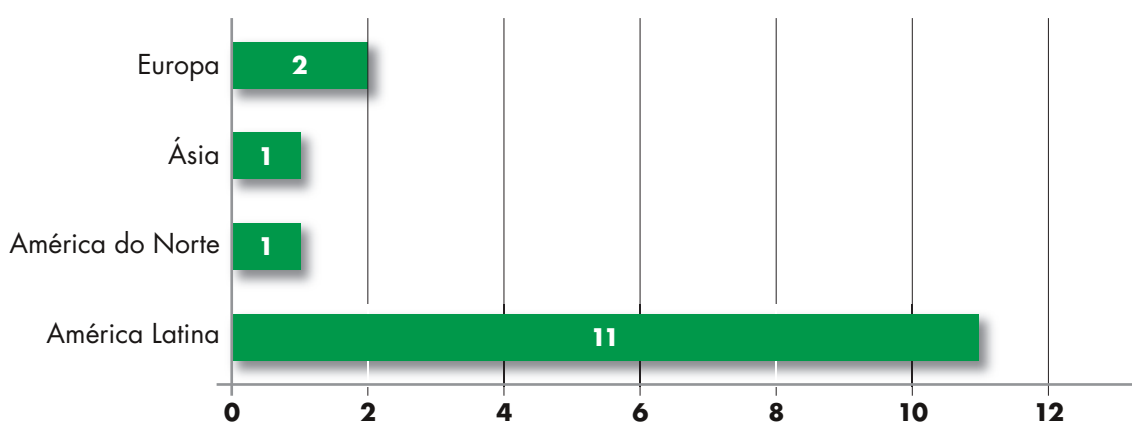
Houve uma intensa participação de pesquisadores e ativistas de quatro continentes do globo, de modo que possibilitou um intenso fluxo de notícias, acúmulos e projetos em cada um dos países, além de proporcionar uma visão global e internacional acerca do tema, ensejando a percepção da especificidade local, mas de sua relação com o mercado e as relações econômicas e políticas no sistema mundial.

Compareceram 11 (onze) pessoas de diversos países da América Latina, como Argentina, Uruguai, Paraguai, México, Equador e Chile. Como o evento ocorreu no Brasil, excetua-se da contagem os brasileiros, que eram maioria absoluta no evento.

Da América Norte participou uma pesquisadora dos Estados Unidos. Da Ásia uma ativista e pesquisadora do TWN nas Filipinas e da Europa participaram dois pesquisadores franceses, um integrante dos Ceifadores Voluntários e outro membro do parlamento europeu.

Além dos países citados ocorreram participações de pesquisadores dos Estados Unidos e das Filipinas. Vale citar ainda a contribuição do pesquisador Arnoud Apoteker, vinculado ao parlamento europeu e de membros do grupo “Faucheurs Volontaires” (Ceifadores voluntários), movimento da sociedade civil francesa que é atuante na discussão dos transgênicos em seu país.

Distribuição por participantes internacionais



Fonte: Seminário 10 anos de transgênicos no Brasil
Elaboração: Bittencourt, 2013.

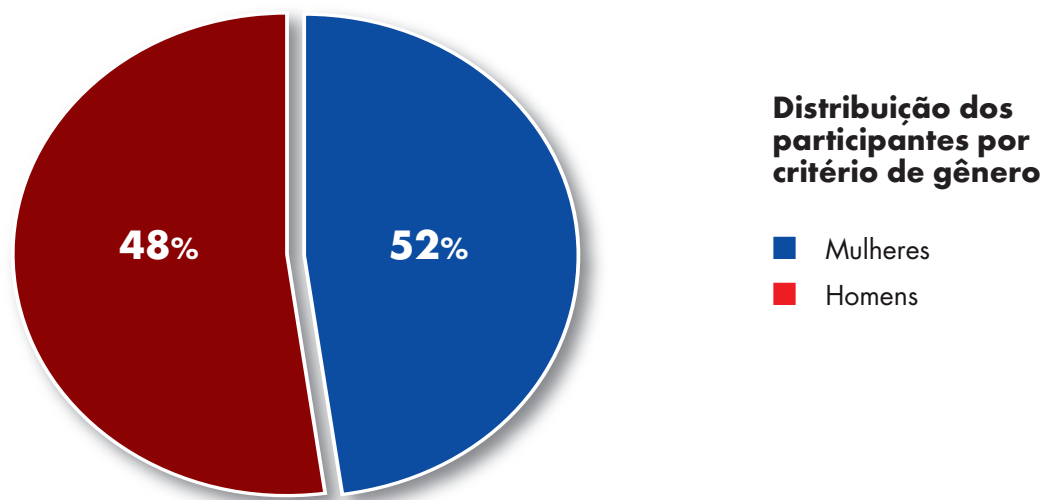
3.3 Distribuição por critério de gênero

No que concerne à distribuição de participantes por gênero masculino ou feminino, percebeu-se um equilíbrio em termos quantitativos, representando um avanço no campo de construção de igualdade. O mesmo ocorreu entre as facilitadoras de mesas de discussão, ainda que neste aspecto o número do contingente masculino tenha predominado, mostrando alguns indicadores de desigualdade como a participação nos espaços públicos de fala e de maior poder, visível também pelas autoridades presentes, em sua maioria homens.

Outro ponto que deve ser colocado é que se observou uma dicotomia ainda presente de acúmulo e proximidade com determinadas áreas do saber, percebidas pela participação nos grupos de trabalho e nas intervenções nas plenárias durante as mesas de discussão. A exemplo está o grande número de mulheres que frequentaram o grupo de trabalho número 5, de temática “Direito Humano à Alimentação Saudável e Culturalmente Adequada” e o reduzido número de mulheres nos grupos de trabalho 1 e 2, que tratavam de questões técnicas, legais e legislativas. Tais fatos representam ainda uma atribuição marcante de

papéis sociais definidos e de atribuições marcadas entre os sexos, barreira que deve ser rompida com o avanço das discussões e das práticas dos movimentos feministas que lutam pela igualdade de gênero.

Neste sentido, foi fator primordial ao evento a presença dos movimentos feministas MMC (Movimento das Mulheres Camponesas) e da MMM (Marcha Mundial de Mulheres) que trouxeram temas como o ecofeminismo e a importância das mulheres na construção da agroecologia e outras formas de resistência.

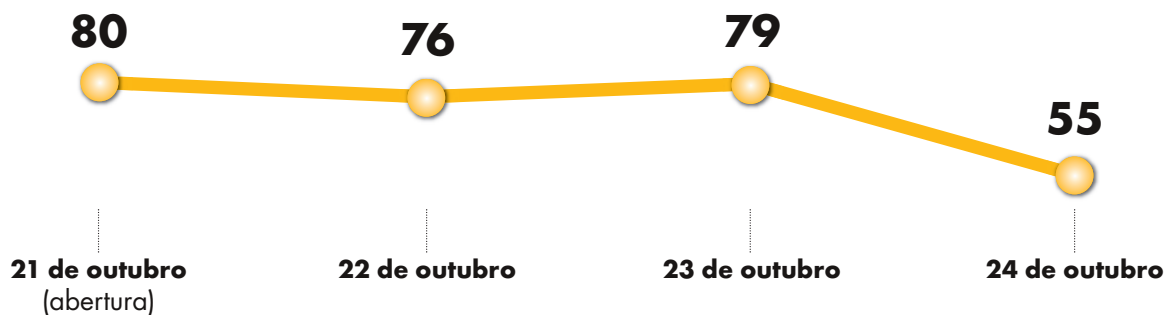


Fonte: Seminário 10 anos de transgênicos no Brasil
Elaboração: Bittencourt, 2013.

3.4 Frequência de participantes por dia

O seminário apresentou uma constância estável de número de participantes todos os dias, conformes os espaços de discussão, como se verifica no gráfico abaixo. Apenas no último dia, devido aos retornos dos participantes a seus municípios, constatou-se uma queda na participação do público.

Distribuição por participantes internacionais



Fonte: Seminário 10 anos de transgênicos no Brasil
Elaboração: Bittencourt, 2013.

Abordagem das mesas

As temáticas das mesas propostas no Seminário foram pensadas de forma a garantir a máxima atualidade do debate do panorama dos transgênicos, que viabilizassem a percepção desde o agricultor e sua realidade diária de enfrentamento e impacto dos OGMs até o controle global econômico e a divisão internacional do trabalho no que concerne ao uso de tecnologias agrícolas, assim como o Estado e investimento das pesquisas em universidades e financiamento do poder público.

Os trabalhos iniciaram com um ato em memória de Walmir Mota de Oliveira, o “Keno”, militante do MST/Via Campesina, morto no dia 21 de outubro de 2007 pelo ataque de uma milícia armada à serviço da empresa Syngenta, num ato que demonstram a existência de resistência ao uso de transgênicos no Brasil por trabalhadores rurais que ocuparam a estação experimental da empresa para denunciar suas violações ambientais. A Empresa mantinha experimentos ilegais com sementes transgênicas dentro da Zona de Amortecimento de Parque Nacional do Iguaçu, Unidade de Conservação de proteção integral situada na cidade de Santa Tereza do Oeste, oeste do Paraná.

Após a cerimônia de abertura, realizou-se uma solenidade com as autoridades públicas Dr. **José da Encarnação Leitão**, Delegado Federal Substituto do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Estado do Paraná e Dr. **Olympio de Sá Sotto Maior Neto**, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos do Ministério Público do Paraná – CAOPJDH, que saldaram a importância do evento e de sua realização no Paraná, estado emblemático pela grande ofensiva do agronegócio e da dominação das empresas transnacionais no mercado regional.

Na mesma noite, deu-se ensejo à mesa inaugural, cujo objetivo principal era de introduzir o debate com breve e crítico panorama no cenário dos transgênicos e dos pacotes tecnológicos no Brasil. Principiou a discussão a pesquisadora em biodiversidade e ex-assessora da Terra de Direitos, **Larissa Packer**, segundo a qual, o Brasil fez uma opção pelo agronegócio, em detrimento da área de biodiversidade, sendo que a liberação dos transgênicos no Brasil foi uma opção governamental aliada à estratégia e interesse da indústria. A pesquisadora apresentou ainda dados que revelam o crescimento dos OGMs desde sua liberação: 60% do território brasileiro, de 850 milhões de hectares, são ocupados por florestas; 67 milhões de hectares estão semeados, dos quais destes 37 milhões com transgênicos.

Os transgênicos foram liberados com a Lei de Biossegurança, publicada em 2005. A lei consolidou a construção, o cultivo, a produção, a manipulação, o transporte, a transferência, a importação, a exportação, o armazenamento, a pesquisa, a comercialização, o consumo, a liberação no meio ambiente e o descarte de OGMs e seus derivados. Já em 2009 o país se tornou o 2º maior em área plantada, com 21,4 milhões de hectares, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, que mantêm o cultivo dos transgênicos em 64 milhões de hectares.



Na mesma seara, o Relator do Direito Humano à Terra, ao Território e à Alimentação da Plataforma DHESCA Brasil, **Sérgio Sauer**, fez seus apontamentos acerca dos desafios do direito à alimentação adequada, vez que o tema da segurança alimentar foi recolocado na agenda política global, sobretudo a partir de 2011, quando a população mundial chegou a cerca de 7 bilhões de pessoas. Com o crescimento da população a preocupação com o quadro aponta problemas futuros com a segurança alimentar. Estima-se que em 2050 o planeta atingirá 9 bilhões de pessoas e será necessário dispor de 1 bilhão de toneladas de grãos a mais para sustentá-las. A questão alimentar, no entanto, vai muito além da discussão da quantidade e necessita ser avaliada também em termos da qualidade nutricional dos produtos que são colocados à disposição dos consumidores.

Para Sérgio Sauer, a crise dos alimentos levou ao reforço do discurso da escassez, que resulta na crescente demanda por produção e coloca o agronegócio como o “provedor” das necessidades humanas, como a fome. Para reforçar este discurso a mídia exerce um papel de construção da narrativa da escassez, de um lado, e da pujança da produção, no outro. Falácias do agronegócio que tenderiam a findar-se, visto aos dez anos de promessas não cumpridas no que concerne à resolução dos conflitos da fome mundial. De acordo com o relator, a terra deveria ser entendida não como um meio de produção, mas como um lugar de vida.

Para encerrar o debate da mesa inaugural, contou-se com a presença de **Magda Zanoni**, membro do Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (GEA/MDA) e professora da Universidade de Paris. A professora propõe que se reavaliem os critérios que legitimam a liberação dos transgênicos, comparando o procedimento com o necessário questionamento dos métodos científicos como já ocorre em outras partes do mundo. É preciso passar por uma renovação dos paradigmas de ciência, como já ocorre gradativamente na Europa. Daí decorre a importância de articulação do seminário e do fomento aos polos nacionais para a universalização desses temas e pesquisas críticas no país, abarcando um extenso leque de áreas interdisciplinares (médicos, geólogos, agrônomos, sociólogos, antropólogos, entre outros) que estão hoje questionando o modelo e o paradigma de ciência.

4.1 **Transgênesse na agricultura brasileira: dez anos depois**

A primeira mesa de discussões, realizada no dia 22 de outubro pela manhã, objetivava enfrentar um balanço crítico da introdução do cultivo transgênico na agricultura brasileira, com o resgate dos caminhos percorridos para a legitimação da transgenia na agricultura convencional ao longo desses dez anos, investigando os processos que favoreceram sua transição da ilegalidade à atual institucionalização. Foram discutidos quais os principais desafios a serem vencidos no cenário nacional para a devida proteção da saúde humana, do meio ambiente e do livre acesso dos agricultores à biodiversidade.

O professor e pesquisador **Antônio Inácio Andrioli**, também Vice-Reitor da

Universidade Federal Fronteira Sul, integrante da CTNBio e membro do GEA/MDA, retoma o questionamento da ciência e da educação voltada ao mercado, pois detrás de um modo produtivo há um projeto de sociedade que abarca a ideologia, em que o conhecimento é produzido para legitimar uma ideia preexistente, vez que os estudos contra-hegemônicos ou contestatórios são ignorados ou negados pela comunidade científica dominante. O pesquisador apontou ser necessário reavaliar as promessas que foram feitas à época da introdução de cultivos transgênicos no país. Um dos argumentos para legitimar seu ingresso foi o de aumento da produtividade, que não se verificou na prática. A redução dos custos de produção, um segundo argumento, até pode ser percebida pelo seu efeito indireto (p.ex., que ocorre com a diminuição de plantas concorrentes), no entanto, é preciso que se faça uma análise que dimensione simultaneamente a penosidade do trabalho humano empregado. A eficácia, terceiro argumento, era considerada pelo fenômeno da seleção natural que tornaria as plantas resistentes aos herbicidas. O que se observa, entretanto, é que as plantas que não morrem se reproduzem, tornando necessário nova transgenia, ou seja, a criação de novas plantas em condição de resistência. Por fim o argumento da tolerância a insetos com a introdução do veneno no interior da planta a fim de que cada célula produza a toxina trouxe o desenvolvimento da própria toxina nos insetos, elevando o uso dos agrotóxicos no país.

Destarte, nesses dez anos, o que se verificou foi a redução da produtividade, o aumento dos custos e da dependência dos agricultores, a necessidade de se aumentar a extensão da terra e o aumento da fome (vez que os transgênicos não são só destinados à alimentação humana, mas destinam-se, em sua maioria, à criação de animais e à produção de agrocombustíveis).

Na sequência, **Asdrubal de Carvalho Jacobina**, representante da CONAB, reiterou o posicionamento de que os transgênicos elevaram o consumo de herbicidas em 18% quando referenciou o período anterior aos OGMs. Segundo ele, com o uso de sementes transgênicas, aumentou-se significativamente o uso de agrotóxicos, fator que elevou o custo da produção.

Um exemplo é o algodão, cultura com alta incidência de pragas e na qual hoje se percebe uma hegemonia da variedade transgênica. Constatou-se um aumento de 22 aplicações de venenos para 24. Das 24 aplicações, 19 são de inseticida. O número de produtos utilizados também aumentou, pois em relação aos herbicidas, passou-se de 9 para 16. Houve também alteração na composição dos herbicidas, provavelmente devido ao desenvolvimento de resistência das plantas. Dos herbicidas anteriormente utilizados, apenas oito permaneceram.

Para trazer a experiência dos transgênicos no dia a dia dos agricultores, **Anderson Munarini**, integrante do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, problematizou a enorme pressão das empresas que vendem sementes e agrotóxicos para a utilização de seus produtos. Segundo o agricultor, os encarregados de realizar as vendas são os técnicos das cooperativas empresariais tradicionais e as casas agropecuárias, os quais possuem metas de venda a serem cumpridas, sem análise e orientação adequada aos produtores rurais.

Em São Miguel do Oeste, região de Santa Catarina onde predomina a agricultura familiar, o agronegócio promove campos demonstrativos para apresentar as novas tecnologias para os agricultores. As empresas fretam ônibus para levar os agricultores e lhes oferecem churrasco e diversas atrações, a fim de promover seus produtos. Importante lembrar



que, para a compra dessas tecnologias, é disponibilizado crédito para os agricultores. Além dos campos demonstrativos, há os “dias de campo”, prática adotada pelas empresas, que doam sementes e produtos para o melhor agricultor utilizar, também como estratégia de marketing. Entretanto, não existem orientações sobre a espécie ou tipo de sementes, de forma que os agricultores sequer sabem que se tratam de OGMs, apenas que são resistentes.

O problema é que a legislação exige que, para comercializar pelo PAA sementes (Programa de Aquisição de Alimentos), seja feita análise da transgenia. A questão que se coloca é que não há responsáveis para arcar com custos, vez que os gastos são extremamente elevados. Ao fim o ônus é arcado pelos agricultores que cultivam sementes crioulas. Além disso, há ao perigo da contaminação latente, desde a utilização de máquinas coletivas até a contaminação por fluxo gênico. Ou seja, cada vez mais os agricultores permanecem com poucas alternativas de resistência, se não cultivam sementes crioulas, já não conseguem acessar a soja ou milho convencionais no mercado, dominado pela transgenia.

Todavia, há diversas experiências sendo realizadas com o intuito de se contrapor ao modelo de produção transgênico, como as Festas da Agrobiodiversidade, onde ocorrem trocas de sementes e a circulação de uma variedade genética incalculável.

João Paulo Amaral, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC, trouxe, por fim, um depoimento dos transgênicos sob a perspectiva dos consumidores. Sua abordagem tratou do histórico da regulamentação dos OGMs no Brasil e dos instrumentos jurídicos propostos contra sua aprovação comercial. Ademais, ressaltou a batalha jurídica pela aprovação da medida que torna necessária a rotulagem dos produtos geneticamente modificados, firmada pelo Decreto de nº 4680 de 2003, o qual estabelece que alimentos que contenham mais de 1% de produto transgênico são obrigados a incluir na embalagem o símbolo do triângulo amarelo com a letra “T” no interior. Tal medida, é ameaçada pela propositura do Projeto de Lei nº 4148/08, que objetiva flexibilizar a exigência da identificação dos produtos que contém transgênicos.

João Amaral retomou as atividades encapadas nesse período e os desafios que se colocam a este setor, tais como: a) a recomendação ao CTNBio para vetar a aprovação do agrotóxico 2,4-D; b) a decisão judicial da ADI proposta pelo Idec, para a rotulagem dos transgênicos e c) proporcionar alternativas de alimentação saudável e com preço e valorização acessíveis aos consumidores.

4.2 Os transgênicos na geopolítica global

A mesa 2, que ocorreu no dia 22 de outubro no período da tarde, objetivou realizar um balanço crítico a partir do cenário internacional de como os países vem enfrentando o tema em seus espaços locais. A discussão procurou traçar cenários da América Latina, da América do Norte e Ásia para avaliar como está o processo de liberação e (ou) o bloqueio desse cultivo nos países e regiões e quais as principais questões que vem sendo debatidas no tocante à temas como a contaminação genética e a autonomia dos agricultores. Ao final,

a discussão pretendeu estimular os participantes a avaliar quais as particularidades e os elementos comuns que existem entre essas experiências e suas estratégias de enfrentamento.

Para a avaliação do cenário latino americano a pesquisadora de Saúde Coletiva, Ambiente e Sociedade da Universidade Andina, *Accion Ecologica*, do Equador, **Elizabeth Bravo**, desvela o mito da produtividade da transgenia para consumo alimentar, pois os transgênicos são utilizados para a criação de aves, suínos e para a produção de agrocombustíveis, sendo que apenas uma pequena parcela é destinada à alimentação humana (50% da produção de milho e soja é destinada à criação de galinhas e 25% à de porcos). O benefício de tais tecnologias transfere-se exclusivamente para as empresas que controlam o mercado de sementes e ultrapassam as fronteiras nacionais. Na América Latina há a emblematicidade de se produzir commodities para a alimentação de animais asiáticos ou europeus, que marca a divisão internacional do trabalho, a exemplo do estreitamento das relações comerciais entre Brasil e China.

A pesquisadora faz um apanhado da situação dos OGMs em vários países latinos e resgata experiências de resistência aos OGMs, como a luta pela defesa do milho nativo no México e na Costa Rica. Já no Equador, há a proibição constitucional do uso de transgênicos, e no Peru, a aprovação, em 2011, de Lei que proíbe o uso de transgênicos no país por um período de dez anos de prazo, período esse em que serão realizados estudos sobre OGM e elaboração de regulamentos e leis de biossegurança.

Miguel Lovera, ex-Presidente do Serviço Nacional de Qualidade e Sanidade Vegetal e de Sementes (SENAVE) do Paraguai e **Oscar Rivas**, ex-ministro da Secretaria do Ambiente do Paraguai, resgataram o histórico de concentração fundiária no Paraguai, a perene ofensiva do agronegócio e sua relação com a destituição do ex-presidente Fernando Lugo. Segundo eles, as velhas oligarquias locais latifundiárias alinharam-se às empresas transnacionais para combater as medidas tomadas durante o breve período que Fernando Lugo esteve ao poder.

De acordo com Lovera, a principal ação do governo que desencadeou a reação dos latifundiários paraguaios, foi a atuação junto ao SENAVE para aplicar as legislações agrícolas já existentes no sistema legislativo do país, de forma a vincular na prática as medidas legislativas previstas de regulamentação de agrotóxicos e transgênicos. Tais iniciativas geraram descontentamento das oligarquias rurais porque 90% das lavouras de soja deveriam ser readequadas com as novas medidas, tanto que este foi o primeiro grupo que se manifestou pela destituição do presidente Lugo, iniciando as articulações para o golpe.

Outra ação estatal foi informar a população sobre o que era o SENAVE (Servicio Nacional de Calidad y Sanidad Vegetal y de Semillas), pois a maioria dos camponeses não sabia sobre sua utilidade. Rivas frisou que houve uma campanha de informação aos camponeses sobre a necessidade de trazer suas demandas ao órgão. Segundo eles, o governo passou simplesmente respeitar a lei, afinando a necessidade de diálogo, inspeção e informação, atividades descumpridas nos últimos mandatos do Executivo paraguaio.

Agora que a situação retornou ao estado pré governo progressista, as velhas condições de relacionamento entre o Estado e o agronegócio se estreitam. Lovera então reafirma a necessidade de renovação das práticas de resistência e a atuação dos movimentos sociais, que permanecem invisibilizadas. E, além disso, para ele, a mínima



unidade de trabalho político deve representar os focos de resistências, de forma a também romper as barreiras das fronteiras circunscritas nacionais para trocar estratégias, numa verdadeira frente democrática latino-americana.

Chela Vásquez, pesquisadora do *Pesticide Action Network*, traz o panorama dos Estados Unidos. De acordo com ela, é o país que tem a maior quantidade de cultivos geneticamente modificados no mundo, incluindo espécies resistentes a herbicidas e insetos, estas últimas contêm o gene *Bacillus thuringensis*. Cultiva-se principalmente soja (só modificada para resistir aos herbicidas), milho (90% são geneticamente modificados) resistente a herbicidas, alguns dos eventos também contêm BT e algodão (também 90% geneticamente modificado). A Monsanto possui o monopólio da produção de OGMs, contando com cerca de 70% dos eventos resistentes ao glifosato.

O resultado, como nos demais países, é o surgimento de plantas resistentes ao glifosato, gerando a necessidade de novos e mais pesados herbicidas, como o 2,4 D. A questão é que o processo se repetirá com o 2,4-D: o surgimento de plantas resistentes. Há um amplo *lobby* das empresas e pesquisadores para que se aprove esse herbicida, que é muito mais tóxico para plantas e animais, além de ser muito volátil, por isso a dispersão pelo ar é muito mais fácil. Os maiores prejudicados serão os pequenos agricultores, agricultores orgânicos e consumidores.

Para trazer o cenário dos transgênicos na Europa, **Arnaud Apoteker**, pesquisador responsável pela campanha FREE OGM e integrante do Parlamento Europeu, aponta que as campanhas de resistência na União Europeia começaram em 1996, embora houvessem alguns focos desde os anos 90, quando começou-se a falar dos transgênicos. A França era o segundo país do mundo, depois dos EUA, em pesquisas e testes de transgênicos, tendo muitos campos experimentais. Em 1996 foram autorizadas as primeiras exportações de sojas transgênicas, cultivadas nos EUA desde 1995.

Atualmente há somente dois transgênicos autorizados na Europa, sendo que um deles, o milho, foi aprovado em 1998. A autorização de plantio dura 10 anos e deve passar por um processo de renovação da autorização após este prazo. De acordo com Apoteker, as chances da autorização do milho transgênico ser renovada é baixíssima. O outro OGM autorizado é a batata, mas como não teve sucesso comercial, deixou de ser plantada no continente.

Contudo, há mais de 50 transgênicos autorizados para importação, que vêm da pressão de países como EUA, Brasil e Argentina que procuram mercado na Europa. Hoje os consumidores não aceitam o consumo dos transgênicos, tais produtos adentram o mercado como ração alimentar, que não precisa ser rotulado. Há iniciativas dos ativistas para que se amplie a utilização de produtos não transgênicos, também rotulando os produtos para animais.

A resistência na França se deu por diversas ações de grupos plurais, entre elas: a) os meios de fornecer ao cidadão informações simples acerca dos transgênicos; b) métodos e materiais científicos críticos ao sistema dos transgênicos; c) ações e suporte jurídico, com a implicação nos princípios de prevenção e precaução; d) realizar ações de alerta à mídia; e) fomentar e criar os guias aos consumidores; f) elaborar formas de detectar e identificar os transgênicos; g) a valorização das ações positivas e de redes de sementes camponesas, para que os produtos orgânicos, naturais e agroecológicas sejam procurados pelo consumidor.

Por fim, **Lilibeth Aruelo**, pesquisadora integrante do *Third World Network* das Filipinas, apresenta a realidade e especificidades asiáticas. O principal cultivo de transgênicos é o arroz dourado, que possui um gene da erva do narciso (*Narcissus pseudonarcissus*) e da bactéria erwinia (*Erwinia uredovora*), fazendo dessa a única variedade existente a produzir betacaroteno, precursor da vitamina A.

A tecnologia foi desenvolvida por uma Instituição sem fins lucrativos, *International Rice Research Institute*, com o intuito de combater a deficiência desta vitamina entre os filipinos, que tem no arroz sua principal fonte de calorias, todavia, essa tecnologia foi, posteriormente, comprada pela Syngenta. Os estudos foram financiados pela Associação Bill e Melinda Gates, que apoiam também outros estudos para o desenvolvimento de organismos geneticamente modificados para combater a fome.

Outra incidência na Ásia é do projeto Agricultural Biotechnology Support Project II (ABSP II) é fundado pela United States Agency for International Development através de um consórcio público-privado, cuja atuação é voltada para países em desenvolvimento, tendo o intuito de informar sobre as modernas tecnologias da agricultura. Além do arroz dourado, há outros projetos em desenvolvimento na Ásia, na Uganda incluem principalmente a banana. Em Bangladesh e na Índia, onde ocorreram diversas mobilizações para se acabar com os testes, há moratória proibindo a comercialização da berinjela transgênica. No total, há 47 eventos aprovados. Há, também, notícia de testes em mosquitos geneticamente modificados.

Traz a experiência das Filipinas, com as Zona Livres de Transgênicos, a qual é composta por diversas ilhas, as quais são dotadas de autonomia, podem editar leis locais (*ordinances*) contanto que não violem a Constituição. As Zonas Livres de Transgênicos se concentram na parte central das Filipinas. Duas ilhas celebraram *ordinances* banindo a entrada de OGMs.

4.3 **A tecnologia transgênica: perigos, retrocessos e alternativas**

Esta mesa tinha por objetivo discutir e avaliar quais efeitos da biotecnologia no campo e os riscos a serem avaliados tanto do aspecto social como ambiental. A abordagem também se relacionou aos riscos aos consumidores, com o relato de experiências que retrataram a questão da responsabilidade pela contaminação direta e indireta de alimentos. Por fim, a discussão abordou a bio(in)ssegurança da agricultura convencional e os mecanismos internacionais de proteção da biodiversidade.

Andres E. Carrasco, do Laboratorio Embriologia Molecular da Facultad de Medicina UBA-CONICET da Universidade de Buenos Aires na Argentina, traz a abordagem no âmbito da saúde dos riscos e impactos que as tecnologias de transgênicos e agrotóxicos acarretam aos humanos. Segundo ele, todo e qualquer tipo de modificação genética é extremamente negativa para os vários campos da vida, a lógica dessa nova tecnologia acarreta em diversas negatividades e falhas.



As moléculas de glifosato, por exemplo, são profundamente tóxicas e afetam a saúde, gerando anomalias e doenças, principalmente o câncer. De acordo com as pesquisas no hospital de Córdoba, há uma progressão no aumento do câncer de 400% no período analisado. Em 2012, novo estudo sobre o câncer revela que nos últimos dez anos o número de pessoas que tiveram algum familiar com câncer evoluiu consideravelmente. As conclusões do estudo revelam que essa substância afeta a síntese da degradação influenciando no ácido retinóico, causando anomalias através de reações químico-biológicas com o corpo humano. Além disso, uma pequena quantidade 1/5000 de glifosato já apresenta uma modificação nos embriões e fetos, acarretando má-formação.

O debate sobre os mosquitos transgênicos na América Latina é direcionado por **Camilo Rodriguez**, pesquisador integrante do *Third World Network* (TWN) do Chile. Com as epidemias de dengue, especialmente nos países tropicais latino americanos, investiu-se numa pesquisa de modificação do mosquito *Aedes Aegypti* para que, com a transgenia a fecundação resulte em larvas que não podem se transformar em mosquitos adultos. Essa tentativa buscou reduzir a quantidade de insetos, causando uma menor incidência de dengue, com a tecnologia RIDL de interrupção genética.

Houve várias experiências com os mosquitos GM nas Ilhas Cayman no Caribe entre 2009 e 2010, depois na Malásia em 2010 e 2011 e no Brasil ano passado, quando milhões de mosquitos foram liberados semanalmente. Entretanto, tais experiências não contaram com pesquisas aprofundadas, trazendo como consequência uma série de desequilíbrios ambientais, vez que não consideradas as mutações genéticas dos animais e da possível resistência à tecnologia. Além disso, constatou-se uma elevada liberação de tetraciclina ao meio ambiente, cujas larvas podem ter se tornado resistentes.

Gabriel Fernandes, da ASPTA, explanou acerca de outras práticas de alternativas e resistência e da política de agroecologia no Brasil, especialmente ao PNAPO e PLANAPO, política e plano nacional de agroecologia. Para o assessor, tal espaço e reconhecimento se deram frente à mobilização nacional impulsionada pela Marcha das Margaridas, mulheres agricultoras que demandaram uma política para a agroecologia. Alerta ainda para diferenciação e tratamento específico nos três eixos da produção orgânica: as sementes com certificação, as sementes varietais, as sementes melhoradas e as sementes crioulas.

Gabriel ainda retomou três marcos legislativos essenciais no debate da agricultura orgânica e agroecológica: a Lei de sementes de nº 10.711/2003, o Decreto de nº 7.794/2012 que estabelece o PNAPO e o Decreto de nº 7.775/2012 que cria o Programa de Aquisição de Alimentos.

Por fim, **Marijane Lisboa**, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pesquisadora integrante da CTNBio e membro do GEA/MDA, aborda o panorama dos setores críticos e sua atuação dentro da Comissão.

Marijane contextualizou que atualmente há na CTNBio representantes dos movimentos, da agricultura familiar, dos consumidores, movimentos da saúde, representantes do Ministério Agrário, Ambiente e da Saúde. A presença dos movimentos sociais é recente, pois até 1995 não havia tal previsão democrática. Na época havia apenas a representação de entidades dos consumidores. Para a pesquisadora é preciso retirar o véu de cientificidade da Comissão e pautar sua linha política. As liberações comerciais carecem de pesquisas, sem problematizar

as consequências para a alimentação e à população em geral. Frisou ainda a importância da criação do Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade pela iniciativa do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do MDA que discute a realidade atual, as estratégias, a ciência a ser adotada no âmbito da soberania alimentar e da proteção ambiental.

4.4 **Novas tecnologias e novas agendas do capital**

A última mesa de debates teve por objetivo avaliar a influência das novas tecnologias e dos mercados na elaboração de políticas públicas para o campo. A abordagem tratou da análise dos mercados e a formação do sistema de pagamento de royalties e commodities e sua vinculação à tecnociência, discutindo o papel do Estado no desenvolvimento de padrões de segurança à sociedade e ao meio ambiente.

Silvia Ribeiro, pesquisadora e diretora da América Latina do Grupo ETC (Grupo de acción sobre erosión, tecnología e concentración) iniciou o debate trazendo abordagens sobre a biologia sintética, biomas naturais e o assalto à biodiversidade. De acordo com a pesquisadora a biologia sintética é uma engenharia genética extrema que consiste na construção de uma sequência completa de genes em laboratório e transpô-la a outros organismos. Desde 1995, quando houve o primeiro sequenciamento de genomas, houve um aumento de 34 mil mapas genômicos existentes até o ano de 2013, sendo que os principais mapas referem-se a bactérias. Com tal tecnologia, hoje acessível até no âmbito doméstico pode-se criar até 200 mil cheiros e sabores diferentes, que estão sendo patenteados pelas empresas privadas.

Seis das dez maiores empresas que se inserem na biologia sintética são das áreas de energia, agronegócio, química e farmacêutica. Contudo, dois terços são as petroleiras, que almejam a passagem do consumo de petróleo para os agrobiocombustíveis. Tais dados remontam a uma questão central: a substituição da produção campesina por compostos advindos da biologia sintética.

Por conseguinte, **José Maria Ferraz**, professor e pesquisador da UFSCAR, integrante da CTNBio e membro do GEA/MDA, iniciou sua abordagem com as problematizações das flexibilizações autorizadas pela CTNBio que violam os princípios da precaução e prevenção, como por exemplo, as regras de distância de plantio de OGM ao convencional, a flexibilização nas liberações para experimentação de OGMs, a flexibilização para liberação comercial e a flexibilização no monitoramento pós liberação comercial, assim como a reconsideração de áreas ambientais protegidas, como ocorre no Tocantins.

O pesquisador revelou que a maioria dos dados e bibliografia dos experimentos analisados pela CTNBio são produzidos pelas próprias empresas sem estudos de longo prazo. O mesmo ocorre com a aprovação de biologias sintéticas, dado que o princípio adotado hoje é o *Princípio da Pró-ação*, que assume as biotecnologias como benéficas e seguras salvo prova em contrário. O que nos permite aduzir que há uma carência na discussão acerca da ética na ciência. De forma que a ética assume o ritmo que interessa às empresas, em que fatos e dados são baseado em hipóteses, sem absoluta certeza científica.



Resultados

Após os debates das mesas e as discussões dos grupos de trabalho se pode afirmar que os objetivos centrais do Seminário foram atingidos. Observou-se que a avaliação do contexto e dos temas específicos pelos participantes incentivou a rearticulação dos atores sociais em rede, favorecendo ainda a formação de grupos de investigação como os de Tecnologias e riscos do capital e o da Ciência Cidadã, os quais tiveram momentos de apresentação e discussão de suas propostas nos dias do evento. Também se observou como um fator positivo a interligação de grupos que possuem pautas próximas de discussão, tais como os atores do movimento agroecológico (p. ex., Rede Ecovida), da campanha de agrotóxicos e entidades envolvidas na discussão da proteção do consumidor (p. ex., IDEC) e da promoção da soberania e segurança alimentar (Consea-PR). A participação dos movimentos sociais igualmente foi importante para tornar visíveis os problemas vivenciados e os impactos sociais e ambientais dos OGMS no campo. Analisado de forma geral, o Seminário pode ser admitido como um importante momento de reorganização da pauta política da questão agrária no país.

Como resultado direto cita-se a elaboração da carta política do evento, que contou com a dedicação de todos os envolvidos no processo. As denúncias e propostas ali inseridas terão encaminhamento de acordo com a agenda política de cada entidade presente ao evento, de forma colaborativa e integrada. Nesse documento foram inseridas informações relevantes acerca do quadro atual de OGMS no país, além dos principais riscos e ameaças que esse modelo de agricultura traz para um desenvolvimento qualitativo do sistema agroalimentar nacional.

Atualmente o Brasil possui 37 variedades geneticamente modificadas liberadas comercialmente de quatro espécies diferentes de plantas (soja, algodão, milho e feijão), 14 vacinas de uso animal, além de duas leveduras que combinam tecnologia transgênica e biologia sintética, esta ainda sem marco legal, todos aprovados para uso comercial, e o mosquito *aedes aegypti* transgênico liberado no meio ambiente para pesquisa no município de Juazeiro-BA.

O discurso hegemônico sobre os transgênicos vincula a proposta à conservação da natureza, argumentando que seu uso proporciona uma proteção ambiental mais adequada. Entretanto, percebe-se que a crescente aprovação de comercialização de variedades transgênicas caminha concomitantemente com o aumento do consumo de agrotóxicos e às ameaças ao controle e qualidade da biodiversidade, inserindo o Brasil como o 2º maior país em área plantada com transgênicos e o campeão mundial de consumo de insumos químicos. Além disso, com os transgênicos as vendas de agrotóxicos crescem, posto que as pragas já desenvolveram resistência às variedades transgênicas.

O que se observou nesses 10 anos é que a liberação de transgênicos está sendo realizada em revelia à necessidade de estudos e pesquisas que garantam a preservação das variedades

crioulas e que impeçam a contaminação genética de outras plantas. Ainda, há intensa contaminação genética das sementes modificadas nas tradicionais ou crioulas, principalmente pelo fluxo gênico e pelo desrespeito à margem segura de proteção. E ao consumidor, existe a ameaça de flexibilização ainda maior da rotulagem e identificação dos produtos.

Outro ponto a ser suscitado é a formação dos grandes monopólios internacionais e da concentração da cadeia produtiva, em que somente seis empresas transnacionais dominam todo o setor de sementes transgênicas e expressiva fatia das sementes convencionais. O monopólio das sementes e a ausência de mecanismos que impeçam a contaminação determina, ainda, o controle das empresas perante o conhecimento tradicional dos agricultores, com o pagamento de royalties e de mecanismos que os tornam dependentes das tecnologias modificadas, vez que os camponeses que não têm suas próprias sementes são obrigados a submeter-se ao pacote tecnológico das multinacionais. A contração pode elevar o valor dos alimentos e de tais variedades conforme os interesses privados dos detentores tecnológicos.

O processo de aprovação das variedades transgênicas no Brasil também deve ser criticado e debatido, pois passa pela CTNBio, exigindo que somente 14 de seus membros (maioria simples) votem favoravelmente às liberações comerciais. A simples combinação dos membros indicados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Ministério da Indústria e Comércio, do Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério das Relações Exteriores e Defesa assegura a aprovação de todas as demandas dos setores empresariais do agronegócio brasileiro, sem qualquer participação popular.

O direito das famílias agricultoras de produzir, processar e comercializar alimentos saudáveis e sustentáveis tem sido sistematicamente violado pelo avanço do agronegócio, o que mostra que a convivência entre esses dois modelos de produção é incompatível e impossível. A ofensiva do agronegócio latifundiário por terras resultou no avanço sobre áreas naturais, unidades de conservação ambiental (incluindo as zonas de amortecimento) e territórios indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais. O ingresso de organismos da biologia sintética impulsiona gradativamente essa expansão das fronteiras agrícolas.

O estímulo à estruturação de redes de agricultores, sistemas locais e regionais de conservação, intercâmbio e melhoramento participativo de sementes crioulas/tradicionais e localmente adaptadas é essencial para a conservação da diversidade genética da agricultura brasileira e da construção de um novo modelo agrícola.

Assim, faz-se necessária a transição para um novo modelo de agricultura e alimentação. E a valorização de iniciativas que promovam e fomentem tal transição, vez que os agricultores familiares são responsáveis por, aproximadamente, 70% dos alimentos consumidos no Brasil. Políticas Públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) precisam ser aprimoradas, desburocratizadas e descriminalizadas. Outro foco é o do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) que representa um reconhecido avanço em termos de políticas públicas direcionadas ao processo de transição agroecológica em diálogo com a sociedade civil.

Desta feita, a realização do Seminário Internacional de avaliação dos dez anos de transgênicos no Brasil foi essencial para reacender as pautas das organizações da sociedade



civil e os movimentos sociais e numa forma de rearticular as atuações de combate e resistência de forma estratégica e conjunta. Ainda possibilitou o estreitamento do diálogo com o poder público e os setores críticos desse setor, fortalecendo políticas públicas pertinentes aos direitos dos agricultores e consumidores.

5.1 Propostas por GTS

Os grupos de trabalho elaboraram uma síntese do debate e apontaram pelo menos duas propostas centrais que seus participantes acreditaram ser relevantes para serem incluídas na Carta Política do Seminário. As demais propostas foram incluídas e registradas num documento à parte da carta política. Os coordenadores dos grupos introduziram a temática de forma geral e, ao final da discussão, redigiram as sínteses para o texto provisório da carta política.

Grupo 1:

Legislação e incidência sobre os processos de tomada de decisão acerca dos transgênicos: o caso da CTNBio – Brasil.

Este grupo de trabalho fora coordenado por Leonardo Melgarejo e Magda Zanoni, participaram deste grupo diversos pesquisadores e membros da sociedade civil. Em suma as discussões do grupo caminharam para alterar os procedimentos utilizados para a seleção de membros da CTNBio, com a utilização de critérios de transparência, isonomia e responsabilização, sobretudo assegurar a inexistência de conflitos de interesses. Como resultado das discussões, o grupo encaminhou propostas no sentido de: **a)** assegurar o controle e a transparência nos processos de liberação comercial de transgênicos no país; **b)** garantir participação e controle social na CTNBio. Além disso, concluíram ainda os participantes que seria relevante exigir, para todos os OGMs em avaliação, apresentação de estudos de longo prazo (duas gerações), estudos com animais em gestação, estudos nutricionais com a presença dos herbicidas associados aos pacotes tecnológicos (nas dosagens técnicas recomendadas), estudos de impacto ambiental em todos os biomas relevantes, com amostragens estatísticas representativas, bem como exigir a reavaliação dos produtos já liberados sem o atendimento deste quesito e também, a revisão das regras vigentes para coexistência de cultivos de OGMs e convencionais ou agroecológicos. Uma das conclusões apontou ainda para estimular estudos independentes, dentre os quais: emergência de insetos resistentes, novas pragas e plantas tolerantes, associadas aos pacotes tecnológicos da transgenia, bem como sobre suas implicações ambientais e socioeconômicas.

Grupo 2:

Os transgênicos e agrotóxicos: estratégias de controle da cadeia agroalimentar e seus impactos sobre os territórios, debate da PNAPO (Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica).

Este grupo foi coordenado pelas pesquisadoras Silvia Ribeiro, Claudia Schmitt e Camila Moreno. A proposta central debatida pelos participantes resultou na estratégia de manter a vigilância e pressão no Congresso Nacional para que não autorize o emprego de tecnologias genéticas de restrição de uso, conhecidas como *Terminator*. Os encaminhamentos concentraram-se na articulação e propositura de uma moratória imediata à experimentação, uso comercial e liberação no ambiente de organismos vivos e produtos derivados da biologia sintética bem como um debate social amplo e informado sobre seus impactos. Também foi debatida a necessidade de retirada das propostas de liberação de pacotes tóxicos compostos por sementes transgênicas e agrotóxicos como 2,4-D, dicamba, glufosinato de amônio e outros.

Grupo 3:

Experiências de resistência: monitoramento da contaminação, áreas livres de transgênicos, defesa das sementes crioulas, ecofeminismo e outras iniciativas locais. Apresentação de experiências.

Este grupo de trabalho, coordenado por David Cardoso e Gabriel Fernandes, procurou concatenar as diversas experiências que demonstram a organização coletiva de agricultores, pesquisadores e movimentos sociais na resistência contra a implementação de tecnologias transgênicas e na busca gradual por formas de culturas agroecológicas e sustentáveis. Participaram deste GT, de modo geral, integrantes do MPA, ABAI, AOPA, ASPTA, MMM, redes de consumidores, integrantes do GEA, Coletivo Triunfo, Pastoral da Terra, pesquisadores de universidades, especialmente UEPG e UFPR, de assessorias técnicas como o CAA do norte de Minas Gerais, integrantes de órgãos públicos (como o CAOP – MP, CPRA e prefeituras do estado do Paraná), entre outros. Tal diversidade de organizações possibilitou uma discussão extremamente concreta, partindo de atividades encampadas por cada ator social e o intercâmbio de formas de resistência.

Os eixos centrais tirados como problematizações, propostas e encaminhamentos pelo GT, foram:

1. Articulação com agricultores em variados campos de discussão técnica e política.
2. Fortalecimento das práticas culturais relacionadas às sementes, como as feiras e

festas de sementes e troca de experiências entre movimentos e instituições públicas.

3. Criação de fóruns de articulação coletiva dos movimentos sociais e dos setores dialogáveis do setor público.
4. Valorização e reconhecimento do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, que tem cumprido uma função importante na reforma agrária e esteve presente na maioria dos relatos, além da necessidade desburocratizar o programa.
5. Fomento da implementação de campos de melhoramento participativo, para valorizar o agricultor como pesquisador e protagonista do desenvolvimento agrário.

Grupo 4:

Estratégias de incidência e instrumentos internacionais: Protocolo da Cartagena, OIT 169, TIRFAA, entre outros.

O referido grupo ficou sob a coordenação dos pesquisadores Katya Isaguirre, Maria Izabel Mansur, Fernanda Monteiro e Marciano Silva e teve por objetivo discutir a implementação no Brasil dos protocolos e convenções internacionais que tratam da proteção da agrobiodiversidade e da repartição de benefícios. A discussão teve início com uma breve abordagem dos objetivos e diretrizes que, a partir da CDB, importam em mudanças substanciais na legislação nacional para o fim de evitar a submissão da biodiversidade às regras do mercado. Em seguida os participantes elencaram os principais desafios que estão relacionados ao tema. Em relação do TIRFAA e a implementação da Convenção 169 da OIT foi apontada a necessidade de participação efetiva da sociedade civil e de uma formação prévia que possibilite uma efetiva ação desta no processo de tomada de decisões. Ligado a isso os participantes discutiram e concluíram que as entidades que acompanham a pauta dos acordos internacionais devem pensar em formas de socializar a informação e a divulgação do conhecimento, o que se entende relevante até para identificar com mais clareza quais os grupos e sujeitos coletivos que atualmente estão tratando dessa questão. Ao final, o grupo fixou como relevantes as seguintes ações/propostas:

1. Exigir mecanismos de participação social efetivos do poder público para tratar da regulamentação dos pactos internacionais firmados pelo país em solo nacional.
2. Garantir participação da sociedade civil organizada brasileira em todas as reuniões preparatórias e nas delegações oficiais representantes do país em fóruns/conferências externas que discutem os pactos e tratados internacionais.
3. Exigir que o governo brasileiro consulte a sociedade civil para formular suas posições sobre biologia sintética.

Grupo 5:

Direito Humano à Alimentação Saudável e Culturalmente Adequada, consumo e rotulagem.

O grupo cinco foi coordenado por Ana Carolina Brolo de Almeida (MPE/PR-Promotoria de Direitos Humanos), Tânia Chantel e Iridiane Seibert, representantes do MMC e Sérgio Sauer, Relator da Plataforma DHESCA Brasil. Houve participações essenciais da representante do Conselho Federal de Nutricionistas, Cristiane Ragnar S. Fonteiro, e do grupo Slow Food de São Paulo.

Sauer abriu a discussão com a abordagem a partir de 2008 e a crise de alimentos mundial, somada a alta dos preços dos mesmos e a posição do Conselho de Segurança Alimentar da FAO. O pesquisador abordou também os programas e iniciativas no país que colaboram para a soberania alimentar, como o programa Fome Zero implantado em 2003, o fortalecimento do CONSEA e várias ações institucionais-legais como o SISAN e CRESAN e a aprovação da Emenda Constitucional que prevê o direito à alimentação adequada de 2010. Entretanto, tais políticas ainda estão ligadas à quantidade e pouco tratam da qualidade dos alimentos, um exemplo é que a maior parte dos gastos do Bolsa Família são com comida não-saudável como bolachas, e carboidratos pobres. Com a discussão da qualidade dos alimentos, deve-se necessariamente pensar na rotulagem de alimentos transgênicos, no consumo e informação e em experiências agroecológicas e orgânicas.

As representantes da MMC abordam o ecofeminismo a partir do ponto de vista das mulheres na produção e no seu crescente protagonismo nas lutas pela biodiversidade e pela vida, de forma que são a maioria em campanhas acerca da alimentação adequada, como a Campanha Nacional de Produção de Alimentos Saudável de 2007. Atentam também pela falta de acessibilidade das políticas públicas como PAA e PNAE às mulheres, ainda pouco adequados ao empoderamento e igualdade de gênero.

No debate o grupo concluiu pelo questionamento da alimentação como ato político, vez que o alimento saudável transcende ao adequado. Além disso, retomam e relacionam o acesso e controle dos agricultores aos meios de produção e garantia de geração de renda e autonomia das famílias camponesas com a questão da soberania alimentar. Por fim o grupo ressaltou que a temática da fome mundial deve ser ampliada, não apenas ligadas a valores energéticos e calorias, mas pela qualidade nutricional empregada nos alimentos.

5.2 Encaminhamentos

Destacam-se, nesse item, os principais encaminhamentos que se pensam necessários e que necessitam serem realizados conjuntamente com os diversos atores sociais presentes nos variados âmbitos de atuação, do local ao internacional. Essa

construção resulta da síntese da discussão coletiva do último dia do Seminário, ocasião essa em que os participantes foram estimulados a elencar quais estratégias de ações coletivas poderiam ser levadas a efeito após o encontro. São elas:

- A denúncia e alerta da ação das empresas de sementes e insumos, a forma pouco criteriosa com que a transgenia é tratada, tanto pelo poder público como por uma parcela importante da comunidade científica;
- O fomento das pesquisas independentes, realizadas com grande esforço, para demonstrar os riscos à saúde humana e à biodiversidade;
- O veto da proposta de se liberar plantas transgênicas tolerantes ao herbicida 2,4-D – componente do chamado Agente Laranja.
- Alterações substantivas nos procedimentos utilizados para seleção dos membros da CTNBio de forma a incorporar critérios de transparência, isonomia e responsabilização, e que assegurem a inexistência de conflito de interesses. Recomendação de que os processos decisórios levados a termo na CTNBio assegurem participação ativa e direito de veto às instâncias políticas que defendem interesses difusos e coletivos de toda a sociedade;
- A realização de audiências públicas pela CTNBio para toda e qualquer liberação ou aprovação de novos OGMs, como as plantas tolerantes ao 2,4-D e para avaliação dos resultados dos monitoramentos pós liberação comercial, após 5 anos de acompanhamento;
- Reivindicação que o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS) se reúna regularmente, revisando as decisões da CTNBio e emitindo parecer sobre implicações econômicas e sociais dos OGMs liberados e em fase de liberação, consultando as comunidades envolvidas;
- Repúdio da inserção de transgênicos no país, sejam esses variáveis de origem animal ou vegetal, pois não existem níveis seguros de utilização dos transgênicos e dos agrotóxicos. No plano internacional, uma série de evidências, bastante consolidadas, apontam na mesma direção e que caminham ao respeito dos princípios da prevenção e precaução;
- Valorização de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e repúdio à criminalização do programa e seus gestores, assim como incentivamos a sua necessária readequação e desburocratização;

- Reconhecimento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e o estímulo às políticas que públicas que excluam o uso de transgênicos e agrotóxicos da agricultura familiar;
- Efetivação de ações de salvaguarda dos territórios camponeses e da diversidade biológica reproduzida e conservada por essas populações, ameaçadas pela contaminação genética;
- Reivindicação do acesso dos agricultores, indígenas e povos e comunidades tradicionais às coleções ex-situ, particularmente às coleções públicas cuja curadoria encontra-se hoje sob responsabilidade da EMBRAPA;
- Repúdio as tentativas do Congresso Brasileiro de autorizar o emprego das tecnologias genéticas de restrição de uso (GURTs), conhecidas como tecnologias Terminator;
- Necessidade de uma moratória à experimentação, uso comercial e liberação no ambiente de organismos vivos e produtos derivados da biologia sintética no mundo, bem como um debate social amplo e informado sobre seus impactos;
- Fim das pulverizações aéreas em toda a América Latina, assim como a proibição dos agrotóxicos que integram a lista dos pesticidas de alta toxicidade e aqueles incluídos no SAICM (Strategic Approach International Chemical Management);
- Rotulagem plena dos transgênicos para concretizar o direito de informação e escolha dos alimentos consumidos;
- Exigência da participação efetiva da sociedade civil, mediante conhecimento prévio e informado, nas reuniões preparatórias, nas delegações oficiais e na normatização dos pactos e tratados internacionais, ressaltando o TIRFAA e a OIT 169, no Brasil;
- Necessidade de envio de comunicados a relatores de Direitos Humanos, acerca dos OGMs, que constituem um atentado aos mesmos, exigindo, portanto, a reparação integral das vítimas, a restauração dos territórios afetados e o freio a sua expansão;
- Solidariedade às organizações das Malvinas Argentinas, em Córdoba, que há mais de dois meses resistem à instalação de uma fábrica da Monsanto no local.

Agradecimentos

A Terra de Direitos nesse documento gostaria de consagrar um especial agradecimento para Sara Regina Gorsdorf, pela sua dedicação e carinho à organização desse seminário.

Anexos

Carta política

Seminário 10 anos de Liberação dos Transgênicos no Brasil 21 a 24 de outubro de 2013 – Curitiba/PR

Nós, camponeses e camponesas, povos e comunidades tradicionais, consumidores, pesquisadores, técnicos e organizações da sociedade civil, provenientes de todo o Brasil e de diferentes países do mundo, igualmente impactados pelo avanço dos cultivos transgênicos e do modelo do agronegócio, estivemos reunidos em Curitiba, Paraná, Brasil, nos dias 21 a 24 de outubro de 2013, construindo coletivamente um balanço crítico dos dez anos transcorridos desde a legalização da soja transgênica no Brasil.

Os trabalhos iniciaram com um ato em memória de Walmir Mota de Oliveira, o “Keno”, militante do MST/Via Campesina, morto no dia 21 de outubro de 2007 pelo ataque de uma milícia armada à serviço da empresa Syngenta. Fatos como este demonstram a existência de resistência ao uso de transgênicos no Brasil, mesmo após uma década da liberação desta tecnologia. Através desta carta, denunciamos a ação das empresas da área e a forma pouco criteriosa com que este tema vem sendo tratado, tanto pelo poder público como por uma parcela importante da comunidade científica, apresentando à sociedade um cenário enganoso que busca enaltecer supostos benefícios dos cultivos transgênicos, mas que esconde um quadro extremamente preocupante marcado por uma situação de descontrole em relação aos efeitos destes produtos sobre a saúde, o meio ambiente e a economia. Este cenário tem afetado, não somente no Brasil, mas em diferentes partes do mundo, a vida humana e as bases ecológicas sobre as quais se assenta a produção de alimentos e matérias primas. Julgamos ser nossa responsabilidade alertar a sociedade para estes dez anos de promessas não cumpridas e para as implicações do avanço desta tecnologia. Se enganam aqueles que acreditam ou querem fazer crer que está é uma luta perdida

O Brasil cumpre um papel importante na geopolítica regional, dinamizando o mercado de transgênicos no Paraguai e Bolívia. A partir do Brasil, chegam a outros países da América do Sul novos organismos geneticamente modificados (OGMs), como o feijão e ainda o mosquito que supostamente controla a dengue. Além disso, o modelo do agronegócio vem sendo promovido por instituições brasileiras na África, sob o argumento de que servirá para aliviar o problema de fome e desnutrição neste continente.

O Brasil possui atualmente 37 organismos geneticamente modificados liberados comercialmente de quatro espécies diferentes de plantas (soja, algodão, milho e feijão), 1 mosquito, 14 vacinas de uso animal, além de duas leveduras que combinam tecnologia transgênica e biologia sintética¹, esta última ainda sem marco legal específico. Recentemente, milhões de mosquitos geneticamente modificados (*Aedes aegypti*) foram, e continuam sendo, liberados no ambiente no município de Juazeiro na Bahia, em um “experimento” a céu aberto envolvendo população humana, e cujos impactos não se pode dimensionar.

Estes dados indicam que os produtos transgênicos já estão fortemente presentes em nossos campos e na nossa alimentação, sendo consumidos diretamente através de produtos de origem vegetal e derivados de animais via rações compostas por milho e soja transgênicos e vacinas de uso veterinário. A população brasileira consome, muitas vezes sem saber, produtos transgênicos em função do descumprimento da legislação brasileira de rotulagem. Os impactos desta tecnologia, comprovadamente associada a uma intensificação do uso de agrotóxicos, afetam também o equilíbrio dos ecossistemas naturais e dos agroecossistemas através da contaminação genética e da degradação do solo e da água. No mundo existem pesquisas denunciando os riscos dos transgênicos, no entanto, no Brasil essas pesquisas ainda não são em grande número. As pesquisas independentes, realizadas com grande esforço, são importantes para demonstrar

¹ A biologia sintética é um novo domínio de investigação científica no qual se pretende modificar organismos existentes para a concepção de células/organismos básicos (incluindo genomas), ou ainda a identificação e utilização de partes biológicas e a construção de sistemas biológicos inteiramente ou parcialmente artificiais para uso nos seguintes sectores: biocombustíveis, antipoluentes, têxteis, cosméticos, instrumentos de diagnóstico e terapêutica, vacinas e componentes sintéticos de alimentos para consumo humano e animal.



que entre os riscos à saúde aos quais estamos expostos destacam-se – por exemplo – a má formação de fetos, o aumento de tumores e as disfunções celulares.

As afirmativas de ganhos de produtividade, de proteção ao ambiente, de benefícios para os agricultores, de aumento na oferta de alimentos, de segurança dos produtos e de seriedade no trato do tema se revelam crescentemente infundadas, em todos os casos. Em apenas 10 anos a agricultura brasileira mudou muito, e para pior. Surgiram insetos e plantas resistentes aos agrotóxicos dos pacotes transgênicos, colocando o Brasil na condição de maior consumidor de venenos agrícolas deste planeta. Como visto recentemente na explosão de pragas no algodão plantado na Bahia, as falhas da tecnologia geram mais demanda por agrotóxicos. Do ponto de vista econômico há uma relação direta entre o uso intensivo de transgênicos e a estagnação e (ou) diminuição da produtividade.

Todos esses impactos negativos que deveriam servir como um grande sinal de alerta estão na verdade sendo usados como justificativa para a liberação de transgênicos associados a agrotóxicos cada vez mais perigosos². A sangria em *royalties* decorrente do uso de sementes patenteadas só é superada pelos danos ao ambiente e à saúde da população. Ao mesmo tempo, cai a renda dos produtores e somem do mercado as sementes convencionais. Assim, pouco a pouco o Brasil perde a soberania sobre sua agricultura e os agricultores perdem sua autonomia tornando-se reféns das transnacionais do complexo agroalimentar.

Aqueles agricultores e agricultoras que estão comprometidos com a produção de alimentos saudáveis através de uma agricultura orgânica ou agroecológica encontram-se crescentemente cercados pelo avanço do agronegócio, concentração das terras e pelos impactos ambientais associados a esse processo, incluindo: erosão e contaminação genética, extermínio de polinizadores, contaminação do solo, da água e dos seres humanos por agrotóxicos, entre outros. Chama-se aqui atenção para o fato de que o direito das famílias agricultoras de produzir, processar e comercializar alimentos saudáveis tem sido sistematicamente violado pelo avanço do agronegócio, o que mostra que a convivência entre esses dois modelos de produção agrícola e apropriação da terra, da água e da biodiversidade é um ideal impossível de ser alcançado e, diga-se de passagem, não passa de uma estratégia discursiva das empresas. A fome do agronegócio por novas terras tem feito com que a fronteira agrícola avance sobre áreas naturais, unidades de conservação ambiental (incluindo as zonas de amortecimento) e territórios indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais. É preciso recordar ainda que a entrada de organismos da biologia sintética impulsiona ainda mais essa expansão das fronteiras agrícolas.

O Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS) não se reúne desde 2008, tendo seus ministros transferido para a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) o poder de decisões finais acerca da política de transgênicos no Brasil. Em função disso, inexistem avaliações de impactos econômicos, ambientais e sociais dos transgênicos, e os ministérios da Saúde e do Meio Ambiente, principais responsáveis pelo controle e prevenção de danos à população e à biodiversidade, permanecem omissos frente aos efeitos destas tecnologias. A CTNBio se recusou a ouvir a sociedade brasileira em relação à proposta de se liberar plantas transgênicas tolerantes ao herbicida 2,4-D – componente do chamado Agente Laranja. A luta contra a liberação de cultivos resistentes ao 2,4-D é uma luta internacional.

Reivindicamos alterações substantivas nos procedimentos utilizados para seleção dos membros da CTNBio de forma a incorporar critérios de transparência, isonomia e responsabilização, e que assegurem a inexistência de conflito de interesses. Recomendamos que os processos decisórios levados a termo na CTNBio assegurem participação ativa e direito de veto às instâncias políticas que defendem interesses difusos e coletivos de toda a sociedade, assim como reivindicamos audiências públicas para novos OGMs, como as plantas tolerantes ao 2,4-D e para avaliação dos resultados dos monitoramentos pós liberação comercial, após 5 anos de acompanhamento. Também reivindicamos que o CNBS se reúna regularmente, revisando as decisões da CTNBio e emitindo parecer sobre implicações econômicas e sociais dos OGMs liberados e em fase de liberação, consultando as comunidades envolvidas.

Ressaltamos que a CTNBio deve ter seu papel restritivo à instância de consulta e não como instância de deliberação. Entendemos ser necessária a criação de subcomissões encarregadas de avaliações de equidade econômica e socioambiental na CTNBio, destinadas a subsidiar decisões do CNBS e contando com influência equivalente a das subcomissões já estabelecidas (ambiental, vegetal, humana e animal).

Organismos transgênicos têm sido liberados no Brasil com base em estudos não publicados, testes inadequados, amostragens impróprias e obscuras. Normas e procedimentos adotados com relação aos transgênicos contrariam a biossegurança, o princípio da precaução e preceitos mínimos de natureza ética e moral. Em apenas 10 anos, alcançamos um patamar inaceitável de exposição da população brasileira, no campo e na cidade, aos efeitos comprovadamente danosos destas tecnologias. Não existem níveis seguros

2 No Brasil, a título de exemplo, o efeito de longo prazo do glifosato sobre a biota do solo pode ser muito devastador, dada a importância das bactérias fixadoras de nitrogênio nos sistemas de produção de soja. Para ler mais sobre o tema indica-se: <http://terradedireitos.org.br/biblioteca/uso-macico-de-glifosato-esta-afetando-raizes-das-plantas-rr-boletim-491/>.

de utilização dos transgênicos e dos agrotóxicos. No plano internacional, uma série de evidências, bastante consolidadas, apontam nessa mesma direção. Assim repudiamos a inserção de transgênicos no país, sejam esses variáveis de origem animal e (ou) vegetal.

A transição para um novo modelo de agricultura e alimentação é hoje um imperativo. Trata-se de enfrentar graves problemas de saúde pública, de violação dos direitos humanos e da soberania alimentar dos povos do mundo. Os camponeses e camponesas são responsáveis por, aproximadamente, 70% dos alimentos consumidos no Brasil.

Iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) têm possibilitado o acesso a pessoas em situação de insegurança alimentar a alimentos oriundos da agricultura familiar e camponesa, produzidos, pelo menos em parte, por agricultores orgânicos e agroecológicos. Sendo assim, repudiamos a criminalização do programa e seus gestores, assim como incentivamos a sua necessária readequação e desburocratização.

A recente publicação pelo Governo Federal do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) representa um reconhecido avanço em termos de políticas públicas direcionadas ao processo de transição agroecológica em diálogo com a sociedade civil. É preciso exigir, no âmbito da PLANAPO e das demais políticas públicas para a agricultura familiar a exclusão de estímulos e outros incentivos que estejam ligados à utilização de transgênicos e agrotóxicos. O acesso a alimentos saudáveis e livres de contaminação por transgênicos e agrotóxicos é uma responsabilidade que precisa ser assumida, de forma cada vez mais incisiva, pelo poder público.

Para tal, é necessário efetivar ações de salvaguarda dos territórios camponeses e da diversidade genética reproduzida e conservada por essas populações. Está mais do que na hora de garantir áreas livres de transgênicos e de venenos.

Afirmamos aqui o Direito dos Agricultores ao Livre Uso da Biodiversidade, em contraposição à apropriação privada, como caminho indispensável para autonomia e fortalecimento econômico da produção camponesa e soberania alimentar. O estímulo à estruturação de redes de agricultores guardiões da agrobiodiversidade, sistemas locais e regionais de conservação, intercâmbio e melhoramento participativo de sementes crioulas/tradicionais e localmente adaptadas é essencial para a conservação da diversidade genética da agricultura brasileira. Torna-se, também, fundamental, o acesso dos agricultores, indígenas e povos e comunidades tradicionais às coleções *ex-situ*, particularmente às coleções públicas cuja curadoria encontra-se hoje sob responsabilidade da EMBRAPA.

Repudiamos as tentativas do Congresso Brasileiro de autorizar o emprego das tecnologias genéticas de restrição de uso (GURTs), conhecidas como tecnologias Terminator, por apresentarem riscos para a biodiversidade e a soberania alimentar e pela violação dos direitos dos povos tradicionais, camponeses e agricultores. A aprovação dessa tecnologia não apenas estaria mudando a lei nacional, com consequências inaceitáveis para os agricultores e a biodiversidade, mas, também, o Brasil estaria violando, unilateralmente, um acordo internacional das Nações Unidas e abrindo, assim, a porta para que outros países também sejam pressionados a liberar esta tecnologia.

Enfatizamos a necessidade de uma moratória à experimentação, uso comercial e liberação no ambiente de organismos vivos e produtos derivados da biologia sintética no mundo, bem como um debate social amplo e informado sobre seus impactos!

Exigimos o fim das pulverizações aéreas em toda a América Latina, assim como a proibição dos agrotóxicos que integram a lista dos pesticidas de alta toxicidade e aqueles incluídos no SAICM (*Strategic Approach International Chemical Management*) - nos países que ainda tenham o uso de alguns deles. Nesse sentido, é necessário que os governos considerem as recomendações do Informe IAASTD e de Olivier De Schutter, Relator Especial da ONU para o Direito Humano à Alimentação. Assim, deve-se assegurar a disponibilização de protocolo validado para níveis de detecção de contaminação inferior a 0,1% para qualquer OGM cultivado, testado ou importados pelo país.

Reafirmamos a rotulagem plena dos transgênicos para concretizar o direito de informação e escolha dos alimentos que consumimos. Exigimos, ainda, a participação efetiva da sociedade civil, mediante conhecimento prévio e informado, nas reuniões preparatórias, nas delegações oficiais e na normatização dos pactos e tratados internacionais, ressaltando o TIRFAA e a OIT 169, no Brasil. Bem como o envio de comunicados a relatores de DDHH, acerca dos OGMs, que constituem um atentado aos mesmos, exigindo, portanto, a reparação integral das vítimas, a restauração dos territórios afetados e o freio a sua expansão.

Manifestamos nossa solidariedade às organizações das Malvinas Argentinas, em Córdoba, que há mais de dois meses resistem à instalação de uma fábrica da Monsanto no local.

Por um Brasil ecológico, livre de transgênicos e sem agrotóxicos! Curitiba, 24 de outubro de 2013.

- Terra de Direitos



- AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia
- CAA/NM – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
- MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
- GEA – Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade
- Via Campesina
- ANA – Articulação Nacional de Agroecologia
- RALLT – Rede por uma América Latina Livre de Transgênicos
- Plataforma Dhesca Brasil – Relatoria do Direito à Terra, Território e Alimentação
- HBS – Fundação Heinrich Boell
- MMC - Movimento das Mulheres Camponesas
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- CPT - Comissão Pastoral da Terra Articulação do Semiárido (ASA) – Brasil
- CFN – Conselho Federal de Nutrição
- AOPA – Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia
- Assesoar – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
- ABA – Associação Brasileira de Agroecologia
- Rede Ecovida de Agroecologia
- Centro Ecológico
- SOF – Marcha Mundial das Mulheres
- Coletivo Triunfo
- Conselho de Segurança Alimentar (Consea)/PR
- Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos do
- Ministério Público do Paraná - CAOPJDH Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC
- NESC – Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva - UFPR Fundação Vida Para todos - ABAI
- Rede de Sementes Crioulas do Semiárido
- Comitê Mineiro da Campanha Permanente contra Agrotóxicos
- Esplar
- INGA – Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais
- MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
- AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
- AGABIO – Tenente Portela
- Articulação Paulista de Agroecologia
- Slow food São Paulo
- MUDA – Movimento Urbano de Agroecologia
- TWN Network
- Sobrevivência – Amigos de La Tierra Paraguay
- ETC Group
- Fundação Sociedade Sustentável – Chile
- Action Ecológica
- Action Aid
- Pare de Fumigar – Santa Fé Argentina
- Rede de Justiça Ambiental – Córdoba/AR
- Rede de Sementes Nativas e Crioulas – Uruguai
- Redes - Amigos da Terra – Uruguai
- Assembléia Socioambiental da Província de Córdoba
- PAN – Pesticide Action Network
- Collectif des Faucheurs Volontaires d’OGM
- MAELA – Movimento Agroecológico Latinoamericano

Programação

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Curitiba, 21 a 24 de outubro de 2013

PROGRAMAÇÃO

1º DIA (21/10/13):

- 19:00 **Mesa de abertura com as autoridades e agentes públicos.**
Ato em memória de Valmir Mota de Oliveira (Kenô)
- 19:20 **Mesa inaugural: a importância de um balanço crítico dos transgênicos no país**
19:20 – 19:40 Transgênicos: lutas de resistência (Larissa Packer- pesquisadora em biodiversidade)
19:40 – 20:00 Potenciais e desafios do Direito Humano à Alimentação Adequada. (Sérgio Sauer, professor e relator nacional da relatoria de direito humano à Terra, Território e alimentação adequada).
- 20:00 – 20:20 Contexto internacional de resistência aos transgênicos - Magda Zanoni – Membro do GEA/MDA/Universidade de Paris.

2º DIA (22/10/13)

Manhã (9:00 – 12:30)

Mesa 1: Transgêneses na agricultura brasileira: dez anos depois

- 9:00 – 9:30 Os transgênicos na agricultura brasileira: um balanço crítico (Antônio Inácio Andrioli, professor e pesquisador, Vice-Reitor da UFFS, integrante da CTNBio, membro do GEA/MDA)
- 9:30 – 10:00 Representante da CONAB
- 10:00 – 10:20 Depoimento: Os transgênicos no dia a dia dos agricultores (Anderson Munarini, integrante do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA)
- 10:20 – 10:40 Depoimento: Os transgênicos na mesa dos consumidores (João Amaral, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC)
- 10:40 – 11:00 Intervalo
- 11:00 – 12:30 Debate em plenária

Tarde (14:00 – 18:15)

Mesa 2: Os transgênicos na geopolítica global

- 14:00 – 14:30 América Latina (Elizabeth Bravo, pesquisadora de Saúde Coletiva, Ambiente e Sociedade da Universidade Andina, Accion Ecológica, Equador)
- 14:30 – 14:50 Depoimento: Transgênicos e política no Paraguai (Miguel Lovera, Presidente do Serviço Nacional de Qualidade e Sanidade Vegetal e de Sementes – SENAVE/ Oscar Rivas- ex ministro de la Secretaría do Ambiente do Paraguai)
- 14:50 – 15:20 América do Norte (Cherla Vásquez, pesquisadora do Pesticide Action Network – North America, Estados Unidos)
- 15:20 – 15:50 Resistência Transgênica na Europa (Arnaud Apoteker, pesquisador responsável pela campanha FREE OGM, integrante do Parlamento Europeu)
- 15:50 – 16:20 Ásia (Lilibeth Aruelo, pesquisadora integrante do Third World Network (TWN) - Filipinas)
- 16:20 – 16:40 Intervalo
- 16:40 – 18:15 Debate em plenária

Noite (20:30 – 22:00) – Confraternização

3º DIA (23/10/13)

Manhã (9:00 – 12:30)

Mesa 3: A tecnologia transgênica: perigos, retrocessos e alternativas

- 9:00 – 9:25 Agrotóxicos, transgênicos e o riscos à saúde (Andrés Carrasco, embriologista, pesquisador vinculado à Universidade de Buenos Aires, Argentina)
- 9:25 – 9:50 Os mosquitos transgênicos na América Latina (Camilo Rodrigues, pesquisador integrante do Third World Network (TWN - Chile))
- 9:50 – 10:15 Os Transgênicos e o panorama da proteção ao consumidor. Marijane Lisboa (professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pesquisadora integrante da CTN-BIO e membro do GEA/MDA)
- 10:15 – 10:50 Outras Práticas de alternativas e resistência – Gabriel Fernandes, ASPTA.
- 10:50 – 11:10 Intervalo
- 11:10 – 12:30 Debate em plenária

Tarde (14:00 – 18:15)

- 14:00 – 14:15 Encaminhamento dos trabalhos de grupo
- 14:15 – 17:30 Grupos de trabalho

- Grupo 1: Legislação e incidência sobre os processos de tomada de decisão acerca dos transgênicos: o caso da CTNBio – Brasil. Coord. Leonardo Melgarejo (INCRA/MDA, membro da CTNBio, integrante do GEA/MDA) e Magda Zanoni (Universidade de Paris, integrante do GEA/MDA).
- Grupo 2: Os transgênicos e agrotóxicos: estratégias de controle da cadeia agroalimentar e seus impactos sobre os territórios, debate da PNAP. Coord. Silvia Ribeiro; Camila Moreno; Claudia Scmitt, representante da Campanha dos Agrotóxicos
- Grupo 3: Experiências de resistência: monitoramento da contaminação, áreas livres de transgênicos, defesa das sementes crioulas, ecofeminismo e outras iniciativas locais. Apresentação de experiências. Coord. GT Biodiversidade da ANA; David Cardoso; Gabriel Fernandes.
- Grupo 4: Estratégias de incidência e instrumentos internacionais: Protocolo da Cartagena, OIT 169, TIRFAA, entre outros. Coord. Terra de Direitos, Katya Isaguirre; Maria Isabel Mansur, Chile, Fernanda Monteiro e Marciano.
- Grupo 5: Direito Humano à Alimentação Saudável e Culturalmente Adequada, consumo e rotulagem. Coord. Ana Carolina Brolo de Almeida (MPE/PR- Promotoria de Direitos Humanos), representante do MMC e Sérgio Sauer.

Fim de tarde - Noite

Mesa 4: Novas tecnologias e novas agendas do capital

Coordenação: Maria José Guazelli (Centro Ecológico)

- 17:45 – 19:00 Representantes do Grupo ETC (Silvia Ribeiro, pesquisadora e diretora da América Latina do Grupo ETC)
- 19:00 – 19:30 José Maria Ferraz (professor e pesquisador da UFSCAR, integrante da CTNBio e membro do GEA/MDA)
- 19:30 – 20:30 Debate

4º DIA (24/10/13)

Manhã (9:00 – 11:00) – Construindo a agenda política comum

- Apresentação da síntese das plenárias e trabalhos em grupo (equipe de sistematização)
Coordenação: Darci Frigo, Terra de Direitos, Gabriel Fernandes – ASPTA, Fernanda Monteiro - CCA-NM
- Discussão e aprovação da Carta Política
- Construção da agenda de atuação

14:00 Encerramento

Tarde (15:00 – 19:00)

Evento complementar (mediante inscrição prévia, vagas limitadas, convite anexo)

Convite

Oficina de estratégias sobre novas tecnologias Curitiba, outubro de 2014

Estimadas companheiras e companheiros,

Nos últimos anos, e particularmente diante das crises alimentar e climática, desenvolveram-se aceleradamente novas tecnologias de alto impacto, como a biologia sintética, a biotecnologia, a genômica, a nanotecnologia (manipulação da matéria em nível de átomos) e outras como a informática, a robótica, etc. Todas têm sido desenvolvidas principalmente a partir das demandas e interesses de empresas transnacionais, para aumentar seus lucros e sem nenhuma precaução com a saúde nem com o ambiente.

Vimos, no ano passado, como a chamada “economia verde” e as negociações da Rio+20 incluíam a tecnologia como elemento crucial, mas somente como panaceia e sem questionar seus riscos. Sem dúvida, são enormes os impactos, sociais, ambientais, econômicos, de saúde, de vigilância sobre movimentos, organizações e sociedade civil em geral, dessas novas tecnologias.

Apesar dos pobres resultados do processo da Rio+20, conseguimos que fosse introduzido um parágrafo na declaração final (275) que reconheceu a necessidade de mecanismos de avaliação tecnológica prévia, particularmente “sob a luz do rápido desenvolvimento de novas tecnologias que podem ter impactos negativos sobre a biodiversidade e a saúde e outras consequências imprevistas”. Isso abre uma possibilidade de forçar a criação de um mecanismo internacional, mas se não houver vigilância, informação e ação por parte da sociedade, o mecanismo não será implementado, ou será apenas mais uma instituição que poderia até justificar as novas tecnologias.

No Grupo ETC, **acreditamos ser urgente desenvolver plataformas de monitoramento e ação por parte dos movimentos e organizações sociais**, que, sem agregar novos temas aos que já trabalhamos, permitam dar sinergia a esforços e poder responder e enfrentar as crescentes iniciativas de empresas e governos para disseminar tecnologias cada vez mais perigosas. O Brasil já é utilizado para experimentar muitas dessas tecnologias.

Aproveitando sua presença no “Seminário 10 anos de transgênicos no Brasil”, convidamos a todos para participarem em uma reunião para discutir sobre novas tecnologias, no final do seminário. Inicialmente, apresentaremos informação sobre a situação das novas tecnologias e, depois, abriremos uma discussão sobre **como, a partir de nossas lutas e organizações, podemos complementar esforços para enfrentar iniciativas tecnológicas negativas**.

Sabemos que todos já têm muitas atividades, mas as oportunidades de criar estratégias comuns são poucas. Portanto, solicitamos fraternalmente que considerem participar dessa oficina-discussão, que esperamos resulte num fortalecimento de suas próprias atividades e campanhas. A atividade durará 4 horas e inclui alimentação e gastos de estadia, se for necessário.

Esperamos sua resposta pelo e-Mail: secretaria@terradedireitos.org.br

Um abraço,
Sílvia Ribeiro, Grupo ETC, grupoetc@etcgroup.org / www.etcgroup.org

branca

Realização:



TERRA DE DIREITOS
ORGANIZAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS



HEINRICH BÖLL STIFTUNG



Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade – GEA

Apoio:

act:onaid

HEINRICH BÖLL STIFTUNG



Secretaria da
Agricultura Familiar

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

